



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

| Ata - Comissão Permanente | | |
|---|------------------------|-----------------------------------|
| Legislação e Justiça | | |
| Reunião: 21ª Ordinária | Sessão legislativa: 4ª | Legislatura: 19ª |
| Data: 2/7/24 | | |
| Horário de início: 13h40min | | Horário de encerramento: 13h55min |
| Local: Plenário Camil Caram | | |
| Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara | | |

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Jorge Santos, que registrou a presença remota da vereadora Fernanda Pereira Altoé e dos vereadores Irlan Melo e Sérgio Fernando Pinho Tavares, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 20ª Reunião Ordinária, realizada em 25/6/24.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 1.517/24 - envio de ofício à “Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte” para “obter as seguintes informações: 1 - O julgamento do Agravo de Instrumento n. 1.0000.23.256409-6/001 altera a análise da Procuradoria desta Casa Legislativa, elaborada por meio do Estudo Jurídico n. 05/2024, que foi objeto da resposta à Proposta de Diligência do PR n. 848/2024, quanto a viabilidade de o Poder Legislativo sustar contrato administrativo? 2 - Considerando o referido julgamento, é possível



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

concluir pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Resolução n. 882/2024?

Qual o fundamento jurídico?”. Autoria: Fernanda Pereira Altoé.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé discutiu o requerimento de comissão.

Aprovado por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 1.518/24 - pedido de informação ao “Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel da Farmácia,” para “obter os seguintes esclarecimentos: 1 - Seja encaminhada cópia do processo legislativo referente ao Ato de Sustação CM-001/2023, que tramitou na Câmara Municipal de Divinópolis, que visava a sustação de contrato administrativo de concessão para prestação de serviço de transporte público e que deu origem ao referido processo no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. 2 - As empresas concessionárias do serviço de transporte público, objeto do referido Ato de Sustação, tiveram a possibilidade de ampla defesa no decorrer do processo legislativo ou em algum outro momento? Caso tenha ocorrido a possibilidade de ampla defesa, aconteceu dentro da própria Câmara Municipal de Divinópolis? Como foi feito? 3 -Seja esclarecido se o referido contrato administrativo de concessão para prestação de serviço de transporte público em Divinópolis foi efetivamente sustado”. Autoria: Fernanda Pereira Altoé”.

Aprovado por unanimidade.

EM SEGUNDO TURNO: 3) Projeto de Lei nº 772/23 - “Institui normas de proteção e defesa dos equídeos no âmbito do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: Miltinho CGE.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nºs 1 a 9.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

EM PRIMEIRO TURNO: 4) Projeto de Resolução nº 882/24 - “Dispõe sobre a sustação de contrato administrativo, em uso da prerrogativa prevista no art. 71, §1º, da CF/88”. Autoria: Braulio Lara, Dr. Bruno Pedralva, Cida Falabella, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Fernando Luiz, Gilson Guimarães, Henrique Braga, Irlan Melo, Iza Lourença, Jorge Santos, Loíde Gonçalves, Marcela Trópia, Marilda Portela, Pedro Patrus, Ramon Bibiano da Casa de Apoio e Sérgio Fernando Pinho Tavares.

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares solicitou o adiamento da apreciação do parecer, nos termos do art. 76 do Regimento Interno - RI.

Deferido.

5) Projeto de Lei nº 918/24 - “Autoriza a desafetação e alienação, mediante venda ou permuta, da área que menciona”. Autoria: José Ferreira.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Irlan Melo.

6) Projeto de Lei nº 919/24 - “Autoriza a desafetação e a alienação, na forma de venda ou permuta, da área mencionada”. Autoria: Irlan Melo.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Jorge Santos.

EM REDAÇÃO FINAL: 7) Projeto de Lei nº 898/24 - “Altera a Lei nº 11.397/22, que ‘Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município’. Autoria: Jorge Santos.

Aprovado, por unanimidade, o parecer de redação final.

EM TURNO ÚNICO: 8) Projeto de Lei nº 912/24 - “Dá o nome de Praça Vicente Geraldo Costa à praça localizada entre a Rua João Braga Alves, Avenida Djalma Vieira Cristo e Travessa Um, no bairro Vale do Jatobá, Belo Horizonte, MG,



Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio.

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

ATA APROVADA

Distribuição para impugnação: 3/7/24

Comunicação de aprovação: 9/7/24

Presidenta/Presidente